



UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO POLÍTICA PARA A AÇÃO DE INTELIGÊNCIA: A POSSIBILIDADE DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA ¹

Bruno Macedo Nathansohn

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasil.

E-mail: bnathansohn@gmail.com

Resumo

O relato de pesquisa trata da perspectiva política e técnica da produção e gestão de arquivos na administração pública. O objetivo foi mostrar se existia uma gestão da informação arquivística, no âmbito da Subsecretaria de Inteligência do Estado do Rio de Janeiro (SSINTE), fazendo uma análise sobre a estratégia utilizada pela Instituição, e se essa estratégia proporcionava suporte efetivo ao processo de decidir com inteligência. Tentou-se mostrar, a partir dessa constatação, qual seria sua relevância no processo de tomada de decisão política. A metodologia proposta contemplou a aplicação de entrevista para a compreensão da forma como é planejado o processamento da informação, com o auxílio das tecnologias disponíveis. Contemplou-se, com isso, a análise operacional da SSINTE - sua estrutura funcional e o método de processamento da informação – assim como a análise sobre o planejamento estratégico do órgão. O resultado demonstrou que, apesar da grande preocupação com a questão técnica do processo, com implantação de recursos de informática, o planejamento estratégico institucional em relação à gestão da informação arquivística ainda se encontra em estágio embrionário. Considera-se que existem etapas referentes a esse tipo de gestão, mas com a utilização de uma terminologia inapropriada, de cunho experimental. O que foi inferido por meio de depoimentos e revisão bibliográfica. A preocupação da SSINTE resumia-se mais ao modelo informático a ser implantado, e menos a uma necessária preocupação com aspectos que abordassem a gestão da informação arquivística. Sugere-se, com isso, a continuidade da pesquisa para a compreensão sobre as fases do ciclo vital da informação.

Palavras-chave: Arquivologia. Ciência da informação. Gestão da informação arquivística. Inteligência policial. Segurança pública.

A STUDY ABOUT THE PROCESS OF DECISION TAKING FOR THE PROCEDURE OF INTELLIGENCE: THE POSSIBILITY OF AN ARCHIVAL INFORMATION MANAGEMENT

Abstract

The research report treats about the political and technical perspective of the archive output and its management in the public administration. The objective was demonstrate if there was effectively an information archive management, in the context of Subsecretaria de Inteligência of the state of Rio de Janeiro (SSINTE). It was done an analysis about the strategy of its design. The methodology was made

¹Este relato de pesquisa é uma versão atualizada e aprofundada do trabalho intitulado A gestão da informação arquivística como suporte para a tomada de decisão política na área de segurança pública: o combate ao narcotráfico no Estado do Rio de Janeiro, apresentado no V Congresso Nacional de Arquivologia, realizado em Salvador, no ano de 2012.

possible through interviews. This allowed to understanding the way how the process of information have been planned, considering the support of technologies available. It was favored an operational analysis developed in SSINTE, such as the strategic planning of the agency. The conclusion of this report demonstrated that, despite the excessive concern about the technical process, because of the application of informatic resources, the institutional strategic planning, related with record information management, is in embryonic stage. It is considered that there are stages related typically to the archive management, although using an inappropriate terminology, what was inferred via statements and bibliographic review. Since this perspective, the suggestion is to continue this research to understand how the information vital cycle stages work, and estimate consequently, its relevance to the process of political decision making.

Keywords: Archives. Information science. Information management. Police intelligence. Public security.

1 INTRODUÇÃO

Uma questão que está impressa em praticamente todas as declarações das autoridades pela segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. A partir da pergunta: “o que significa atuar com inteligência?”, o pesquisador procura averiguar, a partir disso, se existe uma gestão que justifique e baseie as políticas da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SESEG), por meio de seu braço técnico-operacional, a Subsecretaria de Inteligência (SSINTE), nesse sentido. Defendeu-se a hipótese de que a eficácia, eficiência e rapidez no processo de tomada de decisão dependeria de um planejamento que contemplasse uma gestão da informação de arquivos, que fosse capaz de posicionar a Inteligência Policial como instrumento de produção dessa mesma informação. Considerando os objetivos e a missão da SSINTE, procurou-se analisar como é produzida a primeira etapa do ciclo de vida da informação, ou seja, a formação inicial do acervo de Arquivo Corrente. Mas não a produção do arquivo estrutural da organização pura e simplesmente, que tem como resultado o documento em si, e sim o arquivo relacionado às informações necessárias à produção de indícios para o futuro trabalho investigativo.

A saber, cabe destacar que todo o esforço para que a pesquisa se desenvolvesse partiu da iniciativa e dos recursos disponíveis do próprio pesquisador, sem contar, portanto, com o apoio de agências de fomento de qualquer natureza. Além do aspecto material, outro obstáculo enfrentado foi a impossibilidade de acessar o espaço onde se localizava a gestão arquivística e a análise da informação investigativa. Isso ocorreu pelo fato da informação ser de caráter ultra-secreto, com garantias constitucionais de sigilo absoluto para segurança do Estado e da sociedade.

2 UMA VISÃO CONTEXTUAL

2.1 Atuar com inteligência: uma problemática da gestão estratégica da informação policial em tempos de globalização

O contexto político e social que serviu como pano de fundo para a estratégia de gestão da informação arquivística, foi a proposta do governo do Estado do Rio de Janeiro de deflagrar uma política de conflito com o narcotráfico baseada, a princípio, em recursos de inteligência. Durante as operações de combate ao narcotráfico pelas forças de segurança, em novembro de 2010, no Complexo (de favelas) do Alemão, na zona norte da Cidade do Rio de Janeiro, um discurso era repetidamente pronunciado por autoridades e especialistas na área de segurança: “atuar com inteligência”. Mas o que significa atuar com inteligência e qual seria o papel de uma gestão da informação arquivística nesse processo? A segurança pública aplica,

tradicionalmente, práticas de contenção ao crime por meio da repressão, empreendendo o conflito armado. O que ficou conhecido como ‘guerra contra o crime’, ou na terminologia mais utilizada pelas agências internacionais, ‘guerra ao narcotráfico’, o que, de acordo com especialistas, é uma prática anacrônica e pouco eficiente. Deve-se, pensar, ao contrário, em métodos que valorizem o planejamento e a antecipação dos eventos. Entende-se, portanto, que sem uma política de gestão da informação arquivística, a atuação policial pode se tornar mais dispendiosa, lenta e mais falível. Deve-se, portanto, combinar prevenção e repressão a curto, médio e longo prazo, de acordo com um planejamento que eleve em consideração a informação como suporte operacional.

A gestão da informação arquivística foi considerada aqui como uma possibilidade teórico-prática para a orientação do conjunto de ações necessárias à tomada de decisão política na área da segurança pública. Nesse caso específico, foi avaliada como essa possibilidade se desenvolveu, constituindo-se como uma das etapas do planejamento estratégico para o combate ao crime organizado. Salientou-se, dessa forma, como se desenvolve a dinâmica do fluxo da informação registrada, considerando o controle das etapas de coleta e processamento de dados pela SSINTE. Problema intrínseco à denominada Arquivologia atual. Para Duchein (1993, p. 10) “el problema del control de los incrementos documentales – o, para emplear una expresión hoy en boga, del dominio de los flujos – se inscribe en el corazón de la archivística moderna.

Alguns acontecimentos podem apresentar indícios da importância do papel que pode desempenhar uma gestão da informação arquivística, como parte do planejamento estratégico para a tomada de decisão política no combate ao narcotráfico. Dentre esses eventos, destacaram-se os conflitos entre as forças de segurança de países como Peru, Colômbia e México, contra os cartéis da droga em seus próprios territórios. Entretanto, o que se evidenciou nessas ocasiões e, de certa forma, continua a ser notória, é a falta de planejamento para as ações policiais de larga escala. No Peru, a falta de planejamento é uma das hipóteses para que fossem levados à morte 40 mil pessoas, durante as ações da guerra antiterror do governo Fujimori, nos anos 1990. Desde 2008, o governo do México enviou 45 mil soldados às regiões mais violentas do país, sem obter grandes resultados, segundo o jornal O Globo, em edição de 26 de novembro de 2010.

[...] organized crime was ‘taking on the characteristics of an extremely dangerous world calamity’...International criminal organizations have reached agreements and understanding to divide up geographical areas, develop new market strategies, work out forms of mutual assistance and the settlement of conflict...and this on planetary level. We are faced with a genuine criminal counter-power, capable of imposing its will on legitimate states, of undermining institutions and forces of law and order, of upsetting delicate economic and financial equilibrium and destroying democratic life (STERLING, 1995, p.55).²

O crime organizado, caracterizado como exercício de atividades ilícitas, com estrutura hierarquizada e voltada ao lucro, apesar de sua perene existência ao longo da história, ganhou grande impulso com o advento do fenômeno da globalização. A globalização, cujo corolário mais aparente é o mercado de bens e serviços, talvez ganhe contornos mais dramáticos quando se verifica que, não só a economia, mas várias outras atividades sociais são afetadas por essa dinâmica. Dessa forma, a interdependência atinge atividades tão díspares quanto os impactos dos sistemas produtivos no meio ambiente e as ações transnacionais do crime

² Relatório da Comissão Anti-Máfia do Parlamento Italiano, apresentado na Assembleia das Nações Unidas, em 1990.

organizado em suas diversas formas, passando pela discussão sobre flexibilização das fronteiras dos Estados-nação.

Situação essa que trouxe novas exigências aos tomadores de decisão política, tanto no plano externo, quanto no plano interno. Nesse momento, portanto, o importante é que qualquer análise que se faça deve levar em consideração a constante interdependência entre os vários contextos que se apresentam pela dinâmica relação entre atores estatais e não-estatais, independente de suas origens e bases de atuação. Nesse caso, o impacto que as ações desses atores provocam, ultrapassa fronteiras físicas, refletindo em fundamentais questões epistemológicas tradicionalmente definidas, impondo novos desafios, portanto, tanto à administração pública quanto aos instrumentos de análise disponíveis aos especialistas e tomadores de decisão.

O aparato institucional, que tem por finalidade o combate ao narcotráfico, necessita antecipar-se às ações desses grupos por meio de um planejamento estratégico que engendre o elemento da informação. O objetivo desse planejamento é subsidiar a máquina pública com instrumentos capazes de agilizar a tomada de decisão. Assim, utilizando-se dos métodos da Inteligência, inicia-se um processo de produção de dados que, ao serem tratados, analisados e disseminados, necessitam de um programa de gestão. Essa seria a gestão da informação arquivística, que deveria estar inserida no conjunto mais amplo da administração geral da instituição, o que na maior parte dos casos não ocorre, visando controlar a informação registrada (documento) ao longo de todo seu ciclo vital. A representação pictórica abaixo, mostra o ciclo tradicional da atividade de Inteligência, deixando claro que o que lhe dá sentido é o próprio ciclo de vida da informação, portanto, passível de ser gerido para a produção de conhecimento e a consequente tomada de decisão.

Figura 1 – Intelligence Cycle



Fonte: Federation of American Scientists (FAS)

A atividade de Inteligência na área policial possui um papel de suporte à investigação criminal. A partir de suas funções diretamente voltadas à coleta de dados, dá-se todo o processamento técnico da informação para posterior tomada de decisão política. Segundo Mingardi (2007), a ação de Inteligência, independente de seu tipo, sempre possui um *modus operandi* semelhante. Reposiciona-se, com isso, essa atividade dentro de uma perspectiva mais ampla de gestão. Dessa forma, a Arquivologia, como área de estudo das Ciências Sociais Aplicadas, ofereceria, a princípio, recursos tecnológicos, entendidos como a conjunção entre a análise política e a avaliação técnico-metodológica na área estratégica para a resolução de questões políticas e sociais do mundo contemporâneo.

2.2 Gestão da informação arquivística como parte do planejamento estratégico: a interdisciplinaridade em foco

[...] o trabalho arquivístico de nossos tempos tem início no momento em que a concepção de uma informação se materializa sob a forma de um documento (PAES, 1998, p. 47).

No período pós-2ª Guerra Mundial, as organizações públicas enfrentaram desafios à sua capacidade gerencial e decisória, quando aumentaram enormemente o volume de produção de documentos. As dinâmicas política, social, econômica, científica e tecnológica, testemunhadas, contribuíram para o aumento da complexidade dos fundamentos da administração organizacional, impactando o planejamento estratégico. Com a chamada “explosão documental”³, fez-se necessário, dessa forma, racionalizar a produção e o tratamento desses documentos. Assim, surge a gestão de documentos, que foi definida pelo programa *Records and Archives Management Program* (RAMP), da UNESCO, como “[...] domínio da gestão administrativa geral com vistas a assegurar a economia e a eficácia das operações desde a criação, manutenção e utilização, até a destinação final dos documentos” (INDOLFO, 2007, p. 36).

O que, no Brasil, apresenta-se em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.159, de oito de janeiro de 1991. A crescente produção de documentos e arquivos acompanhou a mais profunda complexidade na gestão burocrática da administração pública, desenvolvendo ferramentas capazes de contribuir com a gestão de um modo geral. Inserida nesse mais amplo processo, encontra-se a gestão da informação arquivística como resposta ao fenômeno da “explosão documental”. A rapidez e a eficiência facilitam a troca de informações e a cooperação técnica e operacional entre profissionais, agências, regiões e países. A falta dessa iniciativa, do ponto de vista estratégico, limitaria o processo de tomada de decisão política, inibindo a troca de informações técnicas que serviriam como instrumento de cooperação. Nesse sentido, a agilidade na tomada de decisões é fundamental para a prevenção de crimes. Em decorrência, as agências e os órgãos de segurança são obrigados a mudar comportamentos e repensar estratégias, para enfrentar grupos que exercem atividades ilícitas, desafiando o princípio jurídico de monopólio da força pelo Estado. Por isso, entende-se que a gestão deve acompanhar o novo foco das organizações em acontecimentos conjunturais, que envolvam as dimensões internacional, nacional, regional e local.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade torna-se uma noção fundamental quando da construção ontológica da informação. Conhecer a natureza da informação, e sobre que informação está se debruçando como objeto de pesquisa, é fator essencial na própria condução de qualquer trabalho teórico científico ou projeto de aplicação prática. Assim, segundo a acepção ontológica do conceito de informação, elaborada por Armando Malheiro et al. (1999), a informação deve ser entendida como um fenômeno originado de uma operação sistêmica inerente a um processo. E o processo em questão estabelece-se por meio de um fluxo contínuo que se inicia com a aplicação de métodos e da coleta de dados, seguindo-se do processamento desses dados, que envolve o cruzamento e a classificação da informação relevante para a produção de conhecimento e a conseqüente tomada de decisão. O sistema originado do processo investigativo policial apresenta-se, portanto, em seu início, apenas apontando para as outras etapas de tratamento da informação, mas que se apresentam fora do processo investigativo *stricto sensu*. O restante do corpo sistêmico traduz-se como a complementação do “ciclo vital” da informação, já inserido na concepção da Arquivologia,

³ Termo cunhado por Price (2000).

como salientada anteriormente na citação de Paes (1998), e que será útil para outras funções policiais, como recurso administrativo e comprovação histórica e jurídica.

A base para que essa perspectiva se desenvolva está fortemente relacionada à gestão da informação, vista como uma subárea da Arquivologia (informações registradas, com objetivos administrativos, jurídicos e de comprovação histórica) em sua interdisciplinaridade com as áreas de Ciência da Informação (impactos do fluxo da informação na sociedade) e da Administração (planejamento estratégico), que é capaz de produzir medidas e controlar o fluxo sistêmico. O que pressupõe uma relação intrínseca entre as necessidades da sociedade; as projeções técnicas da sociedade por meio de instrumentos para a identificação de problemas de ordem prática; e a solução desses problemas. Assim, sua existência está associada a meios operativos, como destacado por Malheiro et al. (1999, p. 26), “talvez [...] seja importante estabelecer um conceito ou conceitos válidos, quer do ponto de vista teórico, quer na perspectiva prática, para o desenvolvimento no âmbito das ciências da informação”. Portanto, a partir da noção sobre a ontologia da informação, estabelecida por uma das maiores referências teóricas da Arquivologia, consagra-se a relação intrínseca desta com outras áreas afins do conhecimento.

Reforçando ainda o aspecto ontológico, na perspectiva da CI, destaca-se que informação é um conjunto de signos que só possui sentido se estiver inserido em um processo comunicacional entre seres conscientes. Decifrar esses signos significa, de certa maneira, interpretá-los. Esse é um conceito que, apesar de muito utilizado na CI, expressa um modelo de informação típico da Arquivologia, que atua sobre, ou tem como foco, a informação registrada. Noção que pode ser comprovada com a citação de Malheiro et al. (1999, p. 25, tradução nossa) sobre a informação dentro de uma perspectiva documental, retirada da definição do *Harrod's librarians' glossary*, em que informação é “uma coletânea de dados numa forma inteligível, registrada em papel ou algum outro meio (suporte), e capaz de ser comunicada”.

A partir disso, deve-se salientar a característica interdisciplinar existente entre a Arquivologia e a CI, já que se trata do fluxo da informação registrada e que, sem essa noção, perde-se o sentido prático da gestão da informação arquivística. Pode-se dizer, nesse aspecto, que na relação intrínseca existente entre aquelas duas áreas subjazem diversas outras interdisciplinaridades, sejam aquelas inerentes à própria natureza formativa da CI (eg.: Tecnologia da Informação, Linguística, etc.), como outras construídas a partir dos impactos gerados pelas novas dinâmicas tecnológicas e concepções administrativas sobre a Arquivologia. A diferença entre essas duas áreas do saber estão nas semelhanças de suas constituições históricas e de formação epistemológica. Ambas se originaram a partir das concepções teóricas de outras áreas do saber e da prática. Buscam ainda adaptação teórica a partir das diversas tendências impostas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação (NTICs) e das modernas concepções administrativas, que, por sua vez, também são impactadas pelas mesmas NTICs.

Trata-se de uma perspectiva na qual a interdisciplinaridade é a espinha dorsal de todo e qualquer processo de análise informacional. Assim, a CI contribui decisivamente com a própria construção da teoria arquivística, pois é uma área de estudo que discute com maior profundidade o que é informação, e a interdisciplinaridade como forma de análise e conceituação. Portanto, por meio dessa definição abrangente, pode-se extrair a importância do objeto informação como sendo reflexo de um conjunto de fatores humanamente constituídos, eivados de valores sociais e políticos. Nessa constante relação entre diferentes visões de mundo refletem-se as possíveis relações entre áreas do conhecimento científico. A Arquivologia, como sub-área das Ciências Sociais Aplicadas (CNPq, 2012), é dotada de um arcabouço teórico, se não suficiente, pelo menos aberto a esse tipo de análise. Nesse aspecto, a gestão da informação registrada, apresenta-se, por seu turno, como fruto da relação direta

entre Arquivologia e Administração, pressupondo a elaboração de planejamento intelectual e o estabelecimento de regras e normas próprias para a consecução de objetivos pertinentes a atividades sociais e humanas. As organizações, sejam elas públicas ou privadas, são entidades sociais, construídas por meio das relações humanas, e nesse sentido, tudo o que nelas é produzido reflete suas estruturas, funções, missões e objetivos. O resultado das atividades sociais são legitimadas pela (re)produção de documentos, caracterizados como informação registrada, e é nesse campo que a Arquivologia atua, por meio dos instrumentos de gestão da informação arquivística (ou gestão de documentos).

Destaca-se, nesse sentido, que a interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Administração, posiciona-se como resultado de uma necessidade mútua entre as estruturas funcionais das organizações, com a intensificação da complexidade burocrática. Assim, a gestão da informação surge como subproduto de várias dinâmicas, que poder-se-ia definir como sistêmicas, no que Jardim (1987) destaca como concepção aplicativa dos postulados da teoria sistêmica. Dimensão que se expressa em diversos aspectos das áreas de Organização & Métodos, Administração, Sistemas de Informação, dentre outras.

Assim, é por meio da operacionalidade que existe a possibilidade de se obter uma compreensão profunda da organização em termos de comunicação e informação. Nesse momento, estrutura-se a gestão da informação arquivística, formada pelas noções de objetivos, necessidades, símbolos, consciência de si e de processo sociocultural. Apesar da gestão ser entendida como um processo que envolve várias etapas no processamento do fluxo da informação sistêmica, como: a) produção, b) utilização e c) destinação, todas essas etapas são estabelecidas, todavia, a partir de um planejamento estratégico mais amplo da administração geral. A especificidade da gestão faz-se mais notória por causa do foco incidido sobre a área da informação arquivística, o que pressupõe um ordenamento do fluxo, possibilitado pelas NTICs, dentro de uma perspectiva de “ciclo vital”. E se essa gestão é parte de uma administração mais ampla, também ela compreende um planejamento, focado entretanto, nos recursos informacionais.

E, dessa forma, como salientado por Cook (2000), dentro da linha da Arquivologia pós-moderna, ou pós-custodial, a mudança gradual de enfoque da teoria arquivística passa de uma análise sobre o documento em si para o seu contexto de produção, do artefato físico para os objetivos que lhe deram origem. O relevante agora são os processos de criação dos registros. Essa lógica enfeixa todas as possíveis relações epistemológicas que foram apontadas no trabalho e retoma tudo o que foi abordado para o entendimento do que é gestão da informação arquivística e suas relações com a atividade de Inteligência, no contexto da segurança pública. Um processo que tem início com o estabelecimento do planejamento estratégico, elaborado a partir dos objetivos traçados pela investigação policial; seguindo-se uma percepção da atividade de Inteligência como conjunto de métodos e técnicas para a coleta de dados, dentro da acepção mais restrita, definida por Cepik (2003, p. 28) “coleta de informações sem o consentimento, a cooperação ou mesmo o conhecimento por parte dos alvos de ação [...] inteligência é o mesmo que segredo ou informação secreta”.

Nesse sentido, a Inteligência, que é a razão de ser da SSINTE, coloca-se como uma das etapas no processo de gestão da informação arquivística. O que se justifica pelo próprio papel da Inteligência no processo investigativo, como instrumento de coleta de dados sigilosos, objetivando subsidiar projetos específicos para a solução de determinada investigação policial. Por sua vez, a gestão da informação apresenta-se como algo mais amplo, inserido num programa sistematizado de tratamento da informação e da disponibilização de conhecimento para subsidiar a tomada de decisão política, consubstanciando-se como operação prática do planejamento estratégico da política de segurança pública.

3 O CAMINHO DA PESQUISA

Salienta-se que esse modelo de Inteligência está relacionado à resolução de problemas na área de segurança pública, portanto, faz parte do conjunto de objetivos vinculados à atuação policial. Segundo Mingardi (2007), a Inteligência Criminal nasce voltada especificamente para a resolução de crimes contra o Estado e a sociedade, portanto, focado no setor policial. Esse tipo de Inteligência deve obedecer, portanto, ao arcabouço legal do Estado em relação ao conjunto dos direitos civis instituídos pelo Poder Judiciário.

Segundo John Keegan (2003 apud MINGARDI, 2007, p. 3), a grande questão para produzir inteligência utilizável é responder adequadamente às perguntas básicas (quem, quando, onde e como) em tempo real. Devem chegar a tempo de serem utilizadas com proveito pelos órgãos operacionais. Na Segurança Pública isso significa prevenir o crime, precaver-se contra uma nova modalidade criminal, ou pelo menos identificar os autores.

Dessa forma, o trabalho de Inteligência traduz-se como um conjunto de ações com o objetivo de acumular dados, contribuindo para a consecução de diversas funções policiais, como a possibilidade de produzir informação investigativa. Essa atividade faz parte da gestão da informação arquivística a partir do momento em que se vincula aos objetivos de um planejamento administrativo mais amplo, na tentativa de elaborar tendências contextuais para a execução de ações práticas. Baseia-se, dessa maneira, na prevenção de ameaças internas e externas que possam afetar negativamente a governabilidade do Estado e o bem-estar da sociedade. Portanto, a forma como se elabora o processamento de dados para a obtenção de informação, e de posterior conhecimento para a ação policial, está relacionada à nova tendência de elaboração de mecanismos para o enfrentamento aos crimes transnacionais.

3.1 Análise Operacional

Pode-se dizer que a globalização, associada aos desafios impostos por novos *players*, como as organizações criminosas, contribui para a convergência da gestão da informação arquivística aos procedimentos utilizados pela Inteligência Policial. Portanto, uma análise voltada às questões operacionais da SSINTE demanda um pré-diagnóstico a ser feito sobre o princípio de formação do Arquivo Corrente, dentro do processo mais amplo de gestão. Cabe, portanto, uma pequena observação sobre o campo de especialização da Instituição, ou seja, sobre a Inteligência Policial. A operação de inteligência nasce como ferramenta de monitoramento de atividades que ameaçam a integridade de determinada organização. Atividade que apresenta quatro possíveis aplicações:

1. **Prever tendências** – identificar os próximos desdobramentos do crime, ou seja, para onde ele vai migrar, qual o tipo de crime que será a próxima moda etc.;
2. **Identificar as lideranças** e os elementos-chave das organizações criminosas;
3. **Monitorar a movimentação** cotidiana da organização para identificar sua rotina;
4. **Identificar pontos fracos** e informantes em potencial (MINGARDI, 2007, p. 3, grifo nosso).

Pode-se dizer, de certa forma, que a Inteligência Policial é um conjunto de métodos e técnicas que possuem como objetivo, conhecer o contexto onde as agências e órgãos policiais especializados realizarão suas operações táticas e estratégicas. Portanto, é um conjunto de ações planejadas especificamente para a solução de problemas que ameaçam a integridade e legitimidade do Estado, como ator que detém o monopólio da força e da violência. Para tanto, o método de processamento envolve a coleta de dados; seu tratamento, por meio de análise; e sua disseminação para a tomada de decisão política. Traduz-se, também dessa maneira, como um artefato intelectual para a solução de problemas político-sociais de ordem prática.

Une-se à observação da inteligência como fator prático, a análise sobre o modelo de classificação construído para responder à primeira fase de coleta de dados.

3.1.1 A Estrutura da Sub-Secretaria de Inteligência e o Método de Processamento da Informação

A SSINTE é o órgão da SESEG responsável pela implementação de ações com o objetivo de produzir conhecimento para a prevenção de crimes. Envolve essas ações, o planejamento e a execução de uma política especializada na esfera da segurança pública. Ainda segundo Rêgo, subsecretário de Inteligência:

Além de executar importantes investigações (produzir conhecimento) para a Segurança Pública Estadual, cabe a SSINTE recepcionar, processar e difundir para as polícias e organismos de inteligência, informações capazes de subsidiar os seus trabalhos (RÊGO, 2011).

Nesse sentido, é papel da SSINTE a análise de dados, transformando-os em informação relevante e, finalmente, em conhecimento. Esse conhecimento advém das relações entre os resultados provenientes das práticas utilizadas para coleta e processamento de dados e a análise dos mesmos, para a tomada de decisão na área de segurança pública. Cabe destacar que o processo de tomada de decisão percorre um longo caminho, alçando às instâncias superiores da estrutura de poder. Portanto, é um processo que não depende só do aparato técnico-metodológico utilizado, mas também das habilidades de análise do setor especializado de investigação e da reflexão e decisão do Poder Executivo, constituindo-se, dessa forma, em um ato político.

Figura 2 – Organograma da Subsecretaria de Inteligência do Estado do Rio de Janeiro (SSINTE)



Fonte: Entrevista com Sr. José Carlos de Oliveira⁴

A estrutura institucional do setor de Inteligência, da qual a SSINTE faz parte, origina-se a partir da promulgação da Lei nº 9.883, de 07 de dezembro de 1999, no âmbito da Presidência da República. Nessa esfera, instituiu-se o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), cujo órgão central é a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e o Decreto Federal nº 3.695, de 21 de

⁴ Assessor Técnico da Subsecretaria de Modernização Tecnológica

dezembro de 2000, que criou o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP), cujo órgão central é a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça. Da estrutura administrativa segue-se a estrutura de arquivos, subdivididos pelas funções operacionais da SSINTE. Até o fechamento da pesquisa, na época a quantidade de documentos perfazia um total de 728.654, constando de três espécies (Documentos de Inteligência; administrativos e prontuários) e sete tipos diferentes (Assuntos, Pessoas, Organizações, Locais, Armas, Telefones e Veículos). Todos digitalizados e subdivididos como mostra a tabela abaixo.

Tabela 1 - Documentos produzidos pela SSINTE, a partir da implantação do Projeto Apolo, em 01 de julho de 2005

Espécies e tipos documentais	Nº de documentos
Documentos de inteligência e administrativos	387.842
1. Prontuários de assuntos	78
Prontuários de pessoas	142.118
Prontuários de organizações	2.169
Prontuários de locais	69.239
Prontuários de armas	38.100
Prontuários de telefones	6.922
Prontuários de veículos	4.264
Total	728.654

Fonte: Projeto Apolo – desenvolvimento de sistema informático de inteligência para a segurança pública (FAPERJ)

Esse acervo documental que já foi coletado, analisado, e agora está disponível aos órgãos da segurança pública, é resultado, de certa forma, de um conjunto instrumental mais amplo, que serve potencialmente ao desenvolvimento de um sistema de inteligência. Torna-se elemento complementar ao conjunto de dados que continuam a ser coletados diariamente pelo serviço de inteligência. Entretanto, a informação disponível é geralmente insuficiente e/ou contraditória, necessitando recorrer ao conjunto documental produzido e acumulado pelos órgãos de inteligência para tornar o trabalho de investigação mais eficaz e eficiente. Essa parece ser a lógica de todas as iniciativas para a elaboração de ferramentas que possam aprimorar o sistema de inteligência, como no caso do Projeto Apolo - Sistema de Informática de Inteligência desenvolvido pela SESEG, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ) – que se baseia na implantação de tecnologia como suporte às ações de Inteligência Policial. Entretanto, no âmbito do planejamento estratégico mais amplo, esse empreendimento deve dedicar-se não só à aplicação de sistemas de informação eletrônicos, mas também – e esse parece ser o fundamento no qual se assenta um programa de inteligência eficaz e eficiente – à elaboração de um conjunto de léxicos e *thesauri* com o intuito de recuperar a informação sintetizada pelos analistas. Supõe-se, com isso, que todo o esforço dedicado à implantação de métodos e técnicas mais aperfeiçoados para a produção de conhecimento, passa pelo estabelecimento de princípios de classificação, no âmbito maior da gestão da informação arquivística. O que contribui para o preenchimento de lacunas causadas por falhas do sistema.

[...] o trabalho da análise implica, segundo a teoria de psicólogos da CIA (Central Intelligence of America), preencher as lacunas por meio de três

formas de julgamento analítico: a) **Aplicação de teoria** – generalização baseada no estudo de muitos exemplos de algum fenômeno; b) **Lógica de situação ou situacional** – identificar os antecedentes lógicos ou conseqüências dessa situação; c) **Comparação histórica** – compara a situação atual com precedentes históricos, ou com eventos semelhantes em outros locais⁵ (MINGARDI, 2007, p. 3, grifo nosso).

Dessa forma, a SSINTE baseia seu trabalho de processamento da informação numa perspectiva que envolve conceitos e princípios produzidos interdisciplinarmente, por meio de áreas tão díspares quanto: Filosofia, Sociologia, Direito, TI, Probabilidade e Estatística, e, finalmente, as subáreas das Ciências Sociais Aplicadas, como Ciência da Informação e Arquivologia. A apresentação a seguir serve como complemento à análise mais ampla desenvolvida nesse trabalho. Salientou-se, além do aspecto histórico-político, também a análise do aspecto físico, que explica e orienta o processamento técnico de forma pragmática, promovendo a tomada de decisão para a consecução dos objetivos dos órgãos operacionais. Assim, a SSINTE, de forma sucinta, define-se, de acordo com o depoimento de José Carlos de Oliveira (2011, informação verbal) como “um órgão de proteção ao bem público, que não possui função investigativa, mas funciona como produtor de informação para a geração de conhecimento sobre as ameaças circunstanciais à segurança pública e que dá suporte à tomada de decisão política”. Dessa forma, tudo o que é desenvolvido pelas agências de inteligência, objetiva responder à necessidade da sociedade no que tange a área de segurança pública. Essa necessidade, então, deve ser respondida com o menor efeito colateral possível, e isso só pode ser feito utilizando-se de princípios científicos, técnicos e metodológicos, baseados em garantias legais, para o levantamento e processamento de informação relevante. Se não houvesse essa noção, estaríamos em um estado de exceção (ditadura), no qual a máxima é resolver o problema a qualquer custo, desobedecendo ao princípio básico, de ofertar acesso à segurança como um bem de todos, sob preceitos constitucionais.

Nesse sentido, os princípios tecnológicos que orientam as ações da SSINTE devem contribuir com a eficaz coleta de informações para a eficiente produção de conhecimento, e dar respostas de qualidade à sociedade, discernindo as diversas variáveis que a própria sociedade apresenta, em seu contexto de constante dinamismo. Para tanto, deve-se considerar que o que se busca é um modelo que responda à uma informação em fluxo constante, partindo-se de uma dialógica que obedeça aos parâmetros funcional e estrutural. Apresenta-se o diagrama (Figura 3), porém antes as etapas que correspondem ao ciclo de vida da informação, sobre a proposta para a produção de conhecimento na SSINTE, dentro da lógica aqui exposta.

“a – ambiente aberto – derivado de coleta sistemática em fontes externas à SSINTE (INTELE)

a1 – processador/filtro primário

a2 – documentos primários (não indexados)

a3 – processador/filtro secundário

a3.1 – análise primária/léxico-semântica e/ou sintática (estabelecimento de descritores)

a3.2 – avaliação de ponderadores

a3.3 – análise secundária – construção de ontologias

b - ambiente controlado – produção da AI alimentada por busca e coletas específicas

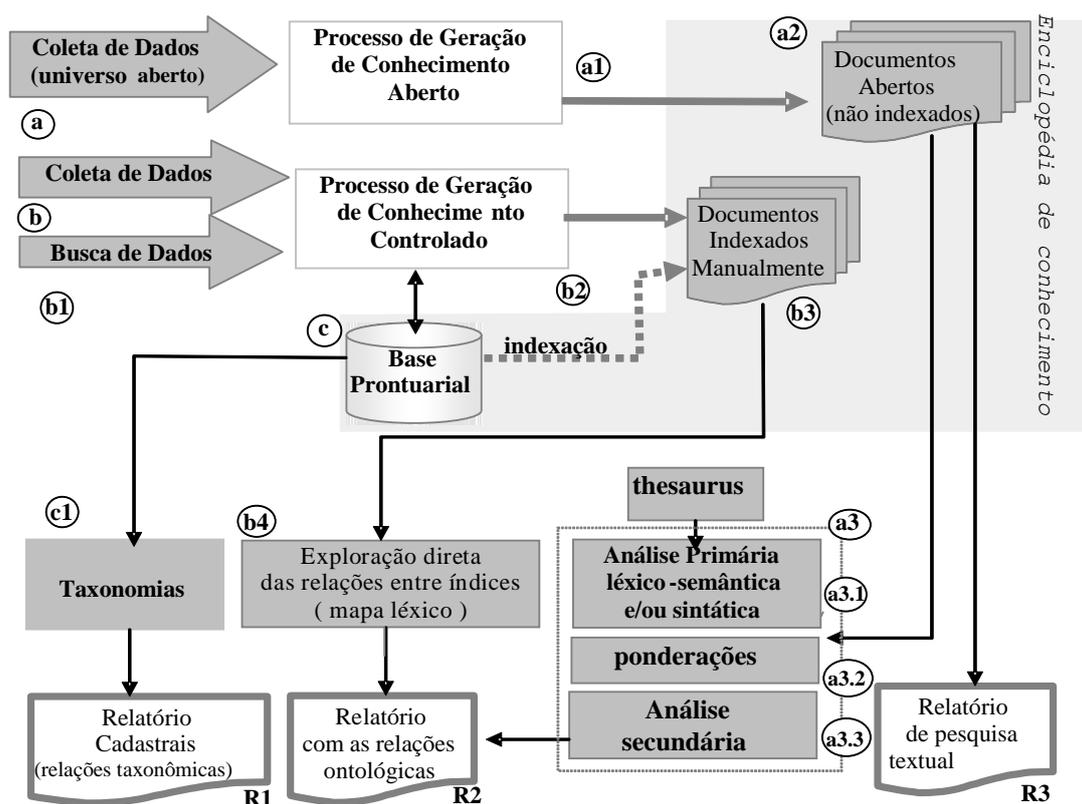
b1 – coleta em fontes específicas e controladas

⁵ cf. Richards J. Heuer, Jr., s. d.

busca efetuada em campo por equipe de operações
b2 – processador/filtro em ambiente controlado (análise INTHUM⁶)

- c - base cadastral – registro de prontuários e demais taxonomias
R1 – Relatórios Cadastrais – extração direta e/ou combinada de prontuários
R2 – Relatório de Antologias – mapas léxicos e relações potenciais
R3 – Relatório de pesquisa textual⁷

Figura 3 – Indexação como instrumento de normalização para a recuperação de dados e Ciclo Produtivo da SSINTE



Fonte: Diagrama concebido por José Carlos de Oliveira, após avaliação sobre a indexação como instrumento de normalização e facilidade de coleta, em 2012.

A proposta acima leva em si a preocupação com etapas inerentes à gestão arquivística, a partir do momento em que documentos são criados e indexados, viabilizando um registro para localização. Demonstra-se o alinhamento do ciclo de inteligência, com etapas de produção, classificação e avaliação, típicos do ciclo de vida da informação arquivística, e, portanto, passível de ser gerido.

Portanto, existe um contexto *Ai* (SSINTE), que possui uma lógica própria, com seus *inputs* e *outputs*, e que, por meio da função interrelacional (*f*), permite dialogar com um contexto *Aii* (sociedade, ou parte dela), que também possui seus *inputs* e *outputs*, operando uma interação controlada entre os dois contextos. Portanto, existe uma noção de profundidade a ser estabelecida quando da análise ponto a ponto, buscando conexões e

⁶ INTHUM: Acrônimo para Inteligência Humana.

⁷ op. Cit.

padrões estabelecidos entre múltiplas variáveis. Aqui, a dialógica se dá pela relação compartimentação (especialidades funcionais) x topologia (contexto a ser investigado).

Assim, a função [(f) – compartimentação x topologia] subdivide-se em [(f1) – colaboração x compartimentação] e [(f2) – credenciamento]. A compartimentação é um princípio funcional que visa proteger o corpo da agência de inteligência de possível cooptação (contaminação) de um dos seus membros pelo ambiente criminal ou por outra agência contaminada.

Como resultado prático, (f1) obedeceria à funcionalidade operacional, a operação em si, que é uma ação que irá responder, no futuro, às necessidades da sociedade, após a coleta, tratamento, classificação e avaliação da informação. Já, (f2), responderia à estrutura que dá sentido à missão da SSINTE, por meio do credenciamento (registro) dessa informação. Como resultado, a evolução da inteligência cumpre sua formação dialógica com outros agentes do Estado.

Com isso, o órgão de inteligência da SESEG funcionaria como uma lupa sobre o contexto de intervenção, gerando informação para os elementos institucional, pessoal e espacial, sempre do ponto de vista relacional, a partir da captura das relações potencialmente ameaçadoras à ordem pública, seja pelo crime organizado, seja pela potencialidade de outras atividades ilícitas. E é aqui que se faz a classificação, não aquela hierárquica, mas uma relacional, baseada numa realidade que é ingenuamente mediada pelo caos.

O documento que rege essas ações é a Doutrina de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (DISPERJ), criada através do Decreto Lei 37.272, de 1º de abril de 2005. Seus objetivos são padronizar procedimentos específicos e elevar padrões de eficiência na ação dos seus agentes. Aparato legal que é resultado da própria dinâmica de atuação do setor de Inteligência, que prescinde da constante interação com outros órgãos de segurança para a consecução de ações estratégicas e táticas (ação e prevenção).

A produção de documentos, por sua vez, em consequência das funções atribuídas ao SSINTE, constrói-se em etapas sucessivas, envolvendo a coleta, processamento (cruzamento de dados), análise, disseminação para os órgãos de investigação e ação policial, como a Coordenadoria de Inteligência Policial, da Polícia Civil (CINPOL) e o Quartel General da Polícia Militar (PMERJ). A partir daí, há a produção e acumulação de documentos por meio da elaboração de uma base de dados. Nesse sentido, pode-se dizer que a atividade da SSINTE traduz-se como etapa da elaboração de um arquivo corrente. Mas é apenas a primeira etapa dessa construção. Faz parte do que a UNESCO define, por intermédio do RAMP, como uma das etapas de criação de documentos.

3.2 O Planejamento Estratégico da Subsecretaria de Inteligência: a prerrogativa da classificação relacional

A classificação de documentos é o procedimento intelectual que precede a ordenação física dos documentos. Trata-se, basicamente, de relacionar os documentos com as funções, atividades e estruturas da entidade geradora de documentos, isto é, a documentação nada mais é que o produto das atividades humanas e como tal deve ser organizada segundo essas atividades (NASCIMENTO; FLORES, 2007, p. 68).

O princípio de classificação adotado pelos agentes da SSINTE torna-se relevante, na medida em que relaciona a estrutura da Instituição com suas funções de ação prática. Consubstancia o relacionamento dos objetivos e missão da Subsecretaria com o fluxo da informação, delineado pelos desafios impostos pelo contexto político e social sob intervenção.

Nesse sentido, a classificação deveria preparar a estrutura institucional para receber os dados brutos coletados em campo, e ordená-lo minimamente para posterior cruzamento com outros dados disponíveis. O resultado disso, sob a égide da gestão da informação arquivística, seria um conjunto de informações sistematicamente organizadas, acessíveis e controladas.

Entretanto, a SSINTE atua como suporte à investigação. Apresentando-se como suporte operacional, esse órgão permite vincular o planejamento estratégico elaborado pela SESEG, sob o comando do Governo do Estado, às atividades práticas de coleta e processamento da informação, para posterior análise e disseminação aos órgãos responsáveis pela investigação policial. Por isso, o princípio de classificação adotado durante o pré-diagnóstico deve estar de acordo com uma perspectiva que valorize o aspecto relacional. A classificação deve ser conceitual. Isso significa que existem características que são próprias de determinados conceitos, e passíveis de serem relacionados a outros conceitos. Assim, dentre as várias definições, a que mais se aproxima da análise proposta, é a de funcionalidade, na qual as relações entre conceitos denotam um processo.

Nesse sentido, não só o estabelecimento de categorias é importante, mas também as relações entre essas categorias são fundamentais para a análise dos fenômenos. O que Apostel (1963) denomina de classificações pragmáticas, cuja finalidade é identificar para recuperar. Assim, o domínio a classificar não é considerado de forma restrita, mas sim, a partir da relação construída desse domínio com o tipo de uso, e das conseqüentes ações, que o classificador pretende desencadear. Revela-se, dessa forma, a relação intrínseca entre a estrutura institucional e as funções desenvolvidas, de acordo com os objetivos e missão a serem cumpridos a partir de um planejamento estratégico. Processo que se estabelece quando da aplicação de princípios fundamentados no arcabouço teórico-metodológico da área de Gestão da Informação Arquivística.

O planejamento estratégico, considerando o arcabouço teórico da Arquivologia, reposicionaria o papel da administração de um modo geral, e encontraria, de certa forma, na gestão da informação arquivística, um instrumento capaz de contribuir para a maior eficiência e eficácia da organização na consecução de suas metas e objetivos. Por sua vez, a gestão da informação arquivística instrumentalizaria o planejamento estratégico, dando sentido às posteriores ações da organização, por meio de suas técnicas e métodos de classificação e avaliação sobre o ciclo de vida dos documentos. A política, desta feita, contextualiza o planejamento e as ações práticas da organização, tendo em vista que são todos frutos de atividades humanas destinadas a solucionar questões sociais, como da segurança pública.

Por conter objetivos relacionados às ações de inteligência, a noção de gestão da informação arquivística, no que tange à sua fase de produção, pressupõe uma lógica de análise diferenciada. A produção de informação deve estar de acordo com uma estrutura e funcionalidade que estejam voltadas à operacionalização policial, ligadas, portanto, ao planejamento investigativo. Isso quer dizer que, por exemplo, o princípio de classificação deve ser adotado como uma atividade imediata, não só como uma das fases posteriores à coleta, mas também como parte do planejamento para a coleta de dados. Assim, quando os dados são coletados, uma classificação *a priori* já deve ser elaborada para organizá-los. Essa classificação demonstraria que a atividade de gestão da informação arquivística vai além das funções arquivísticas voltadas exclusivamente para os documentos gerados dentro da organização, podendo ser aplicados mesmo anteriormente. Ao contrário de uma funcionalidade e uma estrutura que apresentam uma dinâmica tradicional, que é traduzida por etapas hierarquizadas, portanto verticalizadas, na qual existe um conjunto de documentos logicamente estruturados e prontos a serem tratados, analisados e disseminados, o princípio da classificação a ser adotado deve ser relacional, baseado em conceitos.

Dessa forma, a análise desse modelo de gestão foge à lógica tradicional, de valorização de uma perspectiva mais linear, referente às etapas de coleta, tratamento e disseminação de

informação. A análise da gestão, nesse trabalho, voltou-se à uma dinâmica mais horizontalizada, na qual o processo não é um conjunto de ações que nada definem, mas contribui para a elaboração de um conjunto de documentos que serão construídos *pari-passu* à dinâmica das operações táticas e estratégicas dos órgãos policiais. Assim, a tradicional explicação de Paes (2010, p. 16) de que o Arquivo “é a acumulação ordenada de documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro”, ganha uma dimensão mais ampla, como produto direto da gestão da informação arquivística. Processo que contempla ações que se iniciam antes mesmo da intervenção no ciclo de vida da informação propriamente dita. Um trabalho de gestão inclui, antes de tudo, uma elaboração de diagnóstico que envolve, primeiramente, uma atividade de coleta de dados, que se encontram desarticulados, mas que serão momentaneamente estocados, para depois serem cruzados com outros dados coletados.

Alguns excertos retirados de páginas digitais dos órgãos dedicados à segurança pública, nas esferas Federal e do Estado do Rio de Janeiro, demonstram a importância da Inteligência como parte integrante da gestão da informação arquivística. E, também de forma inversa, nessas bases, registram-se números que podem indicar quão importante pode ser o papel de uma eficiente gestão da informação arquivística para a tomada de decisão política. Assim, o grau de relevância da informação medida e registrada no arcabouço de um planejamento estratégico que engloba as dimensões locais, regionais, nacionais e globais pode ser medido a partir do papel desempenhado pela SENASP, que:

[...] estabeleceu como prioridade a construção de um sistema integrado de gestão do conhecimento e de informações policiais. Busca-se construir, pela primeira vez no país, um sistema capaz de municiar os responsáveis pelo planejamento das políticas públicas de segurança, em âmbito nacional, regional e local, as próprias instituições policiais, órgãos da administração pública e a sociedade civil com informações necessárias para aprimorar a participação de cada um desses setores no processo de planejamento, execução e avaliação das ações de segurança pública, e com isto, constituir os alicerces que, reforçando o princípio republicano e federativo, garantam a integração prática dos órgãos que atuam no campo da segurança pública e justiça criminal (SENASP, 2003-2006, p. 3).

Essas citações apontam para a própria relevância da informação como elemento fundamental para a análise na atividade de Inteligência e, além disso, para a importância da gestão da informação arquivística na administração pública, em seu planejamento para o processo de tomada de decisão política. Demonstra, em certo sentido, que a estrutura administrativa dos órgãos devotados à Inteligência deve estar de acordo com as funções que se esperam deles, dentro de um quadro maior arquitetado pelo Estado e que deveria possuir, na gestão da informação arquivística, uma ferramenta essencial para tornar a administração pública mais ágil, eficaz e eficiente. Nessa etapa, portanto, observou-se uma intenção do poder público em empenhar recursos no sentido de uma integração operacional e de estruturar uma cooperação sistêmica entre todos os órgãos dedicados à segurança pública, considerando a estreita relação entre suas missões, objetivos e funções. Como resultado disso, os dados estatísticos levantados pela Coordenação Geral de Pesquisa e Análise da Informação (CGPES), órgão Federal submetido à SENASP, demonstravam que, mesmo as estruturas e funções dos órgãos competentes na área de segurança pública dos estados e dos municípios, deveriam adotar normas e critérios de funcionamento que atendessem às necessidades de conhecimento no âmbito federal. O que contribuiriam para a tomada de decisão política para o enfrentamento dos crimes transnacionais, como o narcotráfico.

Pesquisou-se dados sobre violência nas páginas *on-line* de órgãos federais com o objetivo de mostrar o estado-da-arte das políticas de Inteligência, dentro do arcabouço da gestão da informação arquivística. A situação dos quantitativos estatísticos a respeito da evolução da criminalidade ligada ao narcotráfico e as possibilidades futuras tendo em vista a implantação de políticas na área da segurança pública. De acordo com dados oriundos da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, do IBGE, referentes à variável *Características da Vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil 2009*, sobre o Estado do Rio de Janeiro, constatou-se que 9,1% dos crimes estavam relacionados à categoria *percentual de pessoas que tiveram situação de conflito nos últimos cinco anos na área criminal*. Índice que merece destaque por ter sido recenseado por um órgão da esfera federal que não está ligado diretamente à área de segurança pública, mas que se apresenta como um resultado mais generalista sobre a situação da violência relacionada às ações criminais. O que mostra, portanto, um impacto da criminalidade sobre a sociedade, sem levar em conta políticas públicas que se utilizem de métodos e técnicas específicos da Inteligência. Isso, em um universo de 1.112 pessoas que estiveram envolvidas em algum tipo de conflito social.

Por outro lado, como resultado do trabalho de inteligência, observam-se dados mais recentes, referentes ao ano de 2011. Levantamento publicado no Portal da SENASP, referentes à Operação Sentinela da Polícia Federal, como parte do Plano Estratégico de Fronteiras, mostra um aumento significativo da apreensão de drogas, demonstrados pelos índices em citação abaixo.

As apreensões de maconha subiram 64,2% em comparação ao total apreendido de janeiro a maio de 2011. Segundo o relatório de junho deste ano, 10,5 toneladas de maconha foram apreendidas enquanto o total de janeiro a maio ficou em 6,38 toneladas. O volume de cocaína apreendida (527,38 Kg) é 233 vezes maior do que a quantidade em junho de 2010 (BRASIL, 2011).

E, ainda, para ilustrar melhor a relação existente entre as funções dos órgãos de segurança pública, dentro das diferentes esferas de poder, com o sentido cada vez mais premente de elaborar um planejamento estratégico de enfrentamento comum ao narcotráfico, entre órgãos nacionais e internacionais, há um importante registro a seguir.

O balanço dos 30 primeiros dias da Operação Sentinela (da Polícia Federal, como parte do Plano Estratégico de Fronteiras) mostra que a fiscalização ostensiva, aliada a ações de inteligência e a integração com outros países, é capaz de coibir crimes transnacionais como o tráfico de drogas e armas e o contrabando de produtos. Parte do Plano Estratégico de Fronteiras, a operação já apreendeu pelo menos 11 toneladas de maconha e cocaine [...] (BRASIL, 2011).

Em nível estadual, segundo dados da SESEG, entre junho de 2002 e junho de 2011, baseados nos indicadores “Apreensão de Drogas” e “Apreensão de Armas”, relacionados à categoria “Atividades Policiais”, houve um aumento da apreensão de drogas à uma taxa de 128,5%. A apreensão de armas, inversamente, apresentou decréscimo de 40,6%. Entretanto, essa tendência na queda da apreensão de armas possui uma outra face, como salientado no Balanço das Incidências Criminais e Administrativas no Estado do Rio de Janeiro, já no ano de 2010 que, além de apresentá-los como títulos que mereceram análises mais detalhadas, acrescentou o indicador “Apreensão de artefatos explosivos”.

Em 2010, apesar de haver redução de 15,3% no total de armas apreendidas

em relação a 2009, observa-se que houve aumento nas apreensões de armamento com maior potencial destrutivo. Foi o caso das apreensões de fuzis, metralhadoras/submetralhadoras e pistolas, classificadas como armas de “Categoria A”, que aumentaram de 30,8% do total de armas apreendidas em 2009 para 35,8% em 2010. (INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2010, p. 4)

Pelos dados apresentados, poder-se-ia concluir que, após várias iniciativas da sociedade civil organizada para a redução do número de armas e para o controle de porte pela população, sobrou no mercado clandestino o armamento do exército do tráfico, geralmente mais sofisticado e pesado. Dessa maneira, os dados indicam, de certa forma, os resultados das políticas de fiscalização e de ocupação, pela força policial, das áreas onde se concentravam o comércio das drogas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado da pesquisa, em termos gerais, não foram muito conclusivos sobre a hipótese primeira, na qual colocava a produção da informação na SSINTE como de natureza arquivística. Entretanto, fortalece a perspectiva na qual a produção da informação a ser processada, apresenta grande potencialidade para ser organizada dentro dos preceitos arquivísticos, o que se inicia, nesse caso, muito antes da organização do acervo documental. Constatou-se que existe um acervo documental que obedece à uma lógica de construção muito própria porque inserido dentro de uma lógica de fluxo e que, por isso, faz parte do que se denomina de paradigma pós-moderno, ou pós-custodial da Arquivologia. Mostra que essa é uma área que necessita contextualizar socialmente sua atuação para a aplicação de métodos e técnicas práticas com o objetivo de transformar esse próprio contexto. Por isso, uma área capaz de “transformar estruturas”, segundo Belkin e Robertson (1976). Nesse sentido, do ponto de vista da análise política, a SSINTE classifica-se como um órgão que possui uma função como atividade-meio de inteligência, de apoio à SESEG que, por sua vez, elabora o planejamento estratégico para a tomada de decisão política do governo estadual. Portanto, observa-se que é antes mesmo da coleta de dados em campo, para posterior tratamento e análise da informação, que se inicia o processo de gestão da informação arquivística.

Por ter sido um assunto que abrangeu diferentes níveis de análise, fez-se necessário trazer à luz dados localizados em diferentes repositórios de dados. Tentou-se mostrar, dessa forma, uma certa evolução nos números, quando se colocam lado-a-lado, quadros quantitativos de agências que registram dados de violência física em geral, mas que não são devotados especificamente à segurança pública (i.e. IBGE), e aqueles de agências dedicadas à segurança pública. Verificou-se que nas agências de segurança pública (i.e. ISP), os discursos sobre a “importância da inteligência” dão o tom para a apresentação dos números, principalmente se forem dados recentes. Essa tendência, pode-se dizer, está estreitamente vinculada a uma outra visão instituída pelos poderes executivos nacionais (estaduais e federal), de valorização da Inteligência como conjunto de métodos e técnicas capaz de dar suporte às operações policiais, com informação.

Observou-se, todavia, que existe a necessidade de padronização no planejamento estratégico entre os órgãos dedicados à segurança pública. Isso, de certa forma, já está em andamento por meio da implantação da SENASP, como órgão normativo máximo da segurança pública, no âmbito do Ministério da Justiça, formalizada pelo Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007. Assim, todos os objetivos e metodologias para o diagnóstico do contexto da segurança pública apresentam a potencialidade de, num futuro próximo, serem integrados por meio de ações articuladas e cooperadas entre os diferentes níveis de governo: municipal,

estadual e federal. Isso se houver manutenção, não só do discurso, mas também do pensamento sobre métodos e processos. E esse aspecto foi tentado nessa pesquisa.

Nesse aspecto, aponta-se para um próximo passo de análise, que deverá ser realizado em outra pesquisa, que é a falta de integração entre as informações registradas sobre segurança pública. Assim, o relato apresentado, objetivou mostrar, meramente, o estado-da-arte da gestão da informação, levando-se em consideração o setor de Inteligência, como parte integrante desse processo, por meio de suas funções de coleta e processamento da informação, com o objetivo de produzir conhecimento estratégico. Cabe salientar que os dados apresentados aqui, provenientes de diversos levantamentos estatísticos, registrados em diferentes bases de dados, como do ISP, demonstraram falta de integração entre os sistemas de informação. Em outras palavras, apesar de existirem dados sobre as atividades policiais referentes ao enfrentamento do narcotráfico, não há ainda harmonização entre as esferas de poder para a elaboração de um planejamento estratégico comum entre as instituições que fazem as pesquisas e, conseqüentemente, entre suas bases de dados. Situação essa que prejudica a tomada de decisão do poder público.

A importância da gestão da informação arquivística vem à luz por meio dos recentes trabalhos elaborados e projetos implantados no Estado do Rio de Janeiro, através das agências da Secretaria de Segurança Pública, o que não se limita à Subsecretaria de Inteligência. Todo o trabalho demonstra que existe um acervo documental, que é constantemente produzido e utilizado para investigação policial, além da noção de ciclo de vida documental, apesar de não constatar-se, por parte dos responsáveis por esse controle, o uso adequado de conceitos e termos para tal atividade.

O pesquisador limitou-se a analisar uma primeira parte de construção do que se convencionou chamar de arquivo corrente, mostrando que a atividade de gestão da informação arquivística vai muito além da gestão do documento em si. Ela é um conjunto de métodos e técnicas capaz de proporcionar a organização e o controle da produção, do tratamento e da disseminação da informação registrada ao longo de seu ciclo de vida, potencializando a produção de conhecimento sobre o campo de atuação e, até mesmo, sobre os próprios princípios estabelecidos pela instituição para a consecução de sua missão e objetivos. Portanto, todo esse processo tem início com a análise do contexto no qual a informação é produzida. Nesse processo, a análise epistemológica sobre o modelo de indexação adotado pela SSINTE⁸ contribuiu para demonstrar que existe um esforço, embora embrionário, de estruturar um modelo de gestão da informação. O que aponta para uma nova proposta de pesquisa, com o objetivo de conhecer o grau de relevância da gestão da informação arquivística no processo de tomada de decisão política, por parte da administração pública.

REFERÊNCIAS

APOSTEL, L. **Le problème formel des clasificacions empiriques**. Bruxelles: Duculot, 1963.

BELKIN, Nicholas J., ROBERTSON, Stephen E. Information Science and the phenomena of information. **Journal of the American Society for Information Science - JASIS**, v. 27, n. 4, p. 197-204, July/Aug. 1976.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ). **Operação aumenta a apreensão de drogas e contrabando nas fronteiras**. Disponível em:

⁸ Ver Fig. 3 - Indexação como instrumento de normalização para a recuperação de dados e Ciclo Produtivo da SSINTE, na seção 3.1.1.

<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA87C1BD2ITEMID95E0B54F45AC4F548C8944CDDC98A122PTBRNN.htm>. Acesso em: 20 set. 2011.

CEPIK, M. **Espionagem e democracia**: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

COOK, Terry. Archival Science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, n. 1, p. 3-24, 2000.

DUCHEIN, Michel. Prólogo. In: LLANSÓ I SANJUAN, Joaquim. **Gestión de documentos**: definición y analisis de modelos. Bergara: IRARGI, Centro de Patrimonio Documental de Euskadi, 1993.

FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS (FAS). Disponível em: <http://www.fas.org/irp/cia/product/facttell/intcycle.htm>. Acesso em: 18 abr. 2013.

HEUER JR., Richards J. **Psychology of Intelligence Analysis**. Center for the Study of Intelligence, 1999. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/csi-publications/books-and-monographs/psychology-of-intelligence-analysis/PsychofIntelNew.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2011.

INDOLFO, A. C. Gestão de Documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul./dez. 2007. Disponível em: www.arquivistica.net. Acesso em: 29 ago. 2011.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO – ISP. Disponível em: http://urutau.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/BalancoAnual2010.pdf. p. 4-5. Acesso em: 29 ago. 2011.

JARDIM, J. M. Conceito e Prática de Gestão de Arquivos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 35-42, jul./dez. 1987.

_____. Do pré-arquivo à gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 33-35, jul./dez. 1987.

MALHEIRO, Armando et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

MINGARDI, G. O Trabalho da Inteligência no Controle do Crime Organizado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, set./dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300004. Acesso em: 20 ago. 2011.

NASCIMENTO, M. de A.; FLORES, D. A gestão da informação arquivística como subsídio ao alcance e à manutenção da qualidade. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 62-77, jul./dez. 2007. Disponível em: www.arquivistica.net. Acesso em: 29 de ago. 2011.

PAES, M. L. A importância da Gestão de Documentos para os serviços públicos federais. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 45-57, jan./jun. 1998.

_____. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RÊGO, Fábio Galvão da Silva. **Segurança**: Subsecretária de inteligência. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seseg/exibeConteudo?article-id=290721>. Acesso em: 30 ago. 2011.

RIO DE JANEIRO (Estado). SECRETARIA DE SEGURANCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SESEG). Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seseg/exibeConteudo?article-id=290721>. Acesso em: 30 ago. 2011.

STERLING, Claire. Crime **Without Frontiers**: the Worldwide Expansion of Organized Crime and the Pax Mafiosa. The Warner Paperbacks, 1995.

SENASP - Departamento de Pesquisa. **Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública**. Relatório de atividades SENASP. 2003-2006. Disponível em: <https://infoseg.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2011.

Artigo recebido em 20/04/2013 e aceito para publicação em 24/09/2013
